



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

31 de dezembro de 2014 e 2013

com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração



Índice

31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)	7
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)	11
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL	13
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	13
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER	16
NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	16
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	17
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	18
NOTA 08 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	18
NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	18
NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	19
NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	19
NOTA 13 - RECEITAS	19
NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	19
NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	20
NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS	20
NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	20
NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	20
NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)	20
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO	21
NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS	21
NOTA 22 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	25



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

CNPJ 87.115.838/0001-09

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Sedes Administrativas:

Sede Administrativa Central Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0080-02

Avenida João Wallig, 596 – Passo D'Areia – Porto Alegre / RS

Sede Administrativa Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0060-69

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Sede Administrativa Ocidental Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0071-11

Rua São Cristóvão, 618 – Hammarstron – Ijuí / RS

Internato:

Instituto Adventista Cruzeiro do Sul

CNPJ 87.115.838/0080-02

Avenida Sebastião Amoretti, 2130 – Centro – Taquara / RS

Unidades Escolares:

Colégio Adventista de Esteio

CNPJ 87.115.838/0008-85

Rua Santo Amaro, 218 – Centro – Esteio / RS

Colégio Adventista de Gravataí

CNPJ 87.115.838/0025-86

Rua Irma Vieira, 75 – Monte Belo – Gravataí / RS

Colégio Adventista de Novo Hamburgo

CNPJ 87.115.838/0011-80

Rua Visconde de Taunay, 423 – Rio Branco – Novo Hamburgo / RS

Colégio Adventista de Porto Alegre Zona Norte

CNPJ 87.115.838/0032-05

Rua Mali, 255 – Jardim Itati – Porto Alegre / RS

Colégio Adventista de Porto Alegre Zona Sul

CNPJ 87.115.838/0074-64

Rua Camaquã, 534 – Camaquã – Porto Alegre / RS

Colégio Adventista de Santa Maria

CNPJ 87.115.838/0016-95

Rua Visconde de Pelotas, 586 – Centro – Santa Maria / RS

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2014 e 2013



Colégio Adventista de São Borja

CNPJ 87.115.838/0033-96

Rua João Manoel, 3073 – Centro – São Borja / RS

Colégio Adventista de Viamão

CNPJ 87.115.838/0045-20

Rua General Câmara, 226 – Centro – Viamão / RS

Colégio Adventista do Parthenon

CNPJ 87.115.838/0026-67

Rua Valado, 363 – Parthenon – Porto Alegre / RS

Escola Adventista de Alegrete

CNPJ 87.115.838/0036-39

Rua Bento Manoel, 1121 – Centro – Alegrete / RS

Escola Adventista de Alvorada

CNPJ 87.115.838/0048-72

Rua Ary Muller, 222 – Jardim Maringá – Alvorada / RS

Escola Adventista de Cachoeira do Sul

CNPJ 87.115.838/0004-51

Rua Virgílio de Abreu, 1634 – Centro – Cachoeira do Sul / RS

Escola Adventista de Cachoeirinha

CNPJ 87.115.838/0003-70

Rua Antônio Bastos, 291 – Vila Regina – Cachoeirinha / RS

Escola Adventista de Canudos

CNPJ 87.115.838/0041-04

Rua Vereador Carlos Emilio Kolling, 90 – Canudos – Novo Hamburgo / RS

Escola Adventista de Caxias do Sul

CNPJ 87.115.838/0065-73

Rua Amazonas, 1000 – Jardim América – Caxias do Sul / RS

Escola Adventista de Erechim

CNPJ 87.115.838/0067-35

Rua Clementina Rossi, 169 – Centro – Erechim / RS

Escola Adventista de Fazenda Passos

CNPJ 87.115.838/0015-04

Zona Rural – Fazenda Passos – Rolante / RS

Escola Adventista de Ijuí

CNPJ 87.115.838/0009-66

Rua Ernesto Alves, 249 – Centro – Ijuí / RS

Escola Adventista de Osório

CNPJ 87.115.838/0039-81

Rua Padre Reus, 270 – Centro – Osório / RS

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2014 e 2013



Escola Adventista de Pelotas

CNPJ 87.115.838/0013-42

Rua Almirante Barroso, 3008 – Centro – Pelotas / RS

Escola Adventista de Rio Grande

CNPJ 87.115.838/0040-15

Rua General Vitorino, 742 – Centro – Rio Grande / RS

Escola Adventista de Rolante

CNPJ 87.115.838/0042-87

Rua 28 de Fevereiro, 322 – Centro – Rolante / RS

Escola Adventista de Santa Cecília

CNPJ 87.115.838/0043-68

Avenida Plácio Motim, 1588 – Santa Cecília – Viamão / RS

Escola Adventista de Santa Isabel

CNPJ 87.115.838/0017-76

Rua Rezende, 25 – Jardim Universitário – Viamão / RS

Escola Adventista de Santo Ângelo

CNPJ 87.115.838/0019-38

Avenida Venâncio Aires, 2168 – Centro – Santo Ângelo / RS

Escola Adventista de Santo Antônio da Patrulha

CNPJ 87.115.838/0027-48

Rua Sezefredo Costa Torres, 64 – Centro – Santo Antônio da Patrulha / RS

Escola Adventista de Sarandi

CNPJ 87.115.838/0018-57

Rua Passos Figueroa, 841 – Sarandi – Porto Alegre / RS

Escola Adventista de Taquara

CNPJ 87.115.838/0020-71

Rua Coronel Flores, 2358 – Centro – Taquara / RS

Centro de Treinamento:

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Campestre

CNPJ 87.115.838/0046-00

Loc. Campestre Novo – Distrito – Santo Antônio da Patrulha / RS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Diretoria:

Marcos Luiz Lima de Oliveira Júnior

Presidente

Milton Luiz Pereira de Andrade

Diretor

Harlei Mazzo de Queiroga

Administrador

Helinton Clauhs

Contador

CRC/RS 090420/O-0

CPF 009.648.900.62

Carlos Alberto Blotz

Controller

CRC/PR 063935/O-1

CPF 019.579.789-29



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total		95.605.766	80.677.469
1.01	Ativo Circulante	03.1	29.072.076	21.942.449
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	22.677.508	18.003.070
1.01.01.01	Caixa		11.350	13.080
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		4.477.665	1.173.572
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		18.188.493	16.816.418
1.01.02	Contas a Receber	03.4 e 4	5.786.421	3.562.802
1.01.02.01	Serviços Educacionais		7.886.310	5.783.615
1.01.02.02	Clientes		8.248	254.245
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoa		411.510	231.828
1.01.02.04	Entidades Congêneres		2.201.281	145.182
1.01.02.05	Outros Créditos		809.275	1.259.353
1.01.02.06	(-) Deduções Crédito Liquidez Duvidosa	03.5	(5.530.203)	(4.111.421)
1.01.03	Estoques	03.6	204.206	207.198
1.01.03.01	Materiais de Consumo		204.206	207.198
1.01.04	Despesas Antecipadas		403.941	169.379
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	403.941	169.379
1.02	Ativo Não Circulante	03.1	66.533.690	58.735.020
1.02.01	Realizável a Longo Prazo	05	14.891	124.123
1.02.01.01	Contas a Receber		13.491	122.723
1.02.01.02	Depósitos Judiciais		1.400	1.400
1.02.02	Imobilizado	03.8 e 06	66.489.115	58.603.672
1.02.02.01	Bens em Formação		5.129.895	5.337.056
1.02.02.02	Terrenos		13.099.978	10.580.502
1.02.02.03	Edifícios e Benfeitorias		57.762.071	53.787.601
1.02.02.04	Instalações		2.529.168	388.321
1.02.02.05	Móveis e Utensílios		5.802.330	4.703.952
1.02.02.06	Máquinas e Equipamentos		8.479.952	6.701.506
1.02.02.07	Veículos		179.900	131.400
1.02.02.08	Outros Imobilizados		124.159	124.159
1.02.02.09	(-) Depreciação Acumulada		(26.618.338)	(23.150.825)
1.02.03	Intangível	06	29.684	7.225
1.02.03.01	Direitos de Uso de Softwares		66.953	38.134
1.02.03.02	(-) Amortização Acumulada		(37.269)	(30.909)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total		95.605.766	80.677.469
2.01	Passivo Circulante	07	13.447.447	10.361.012
2.01.01	Contas a Pagar	03.9	3.123.607	1.021.090
2.01.01.01	Fornecedores de Materiais e Serviços		601.665	201.298
2.01.01.02	Obrigações Tributárias		1.536	191
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas		664.784	538.284
2.01.01.04	Obrigações com Empregados		1.661.777	0
2.01.01.05	Fundos em Confiança		49.565	49.925
2.01.01.06	Entidade Congênere a Pagar		0	26.000
2.01.01.06	Outras Contas a Pagar		144.280	205.393
2.01.02	Provisões	03.11 e 12	5.507.838	5.024.425
2.01.02.01	Provisões Trabalhistas		4.196.950	3.749.581
2.01.02.02	Provisões Judiciais e Cíveis		310.888	324.844
2.01.02.03	Provisões para Contingências		1.000.000	950.000
2.01.03	Receitas Antecipadas	12	4.816.002	4.315.496
2.01.02.01	Adiantamento de Clientes		4.816.002	4.315.496
2.02	Passivo Não Circulante	03.1	4.316.700	3.584.714
2.02.01	Realizável a Longo Prazo		4.316.700	3.584.714
2.02.01.01	Obrigações Tributárias		4.316.700	3.584.714
2.03	Patrimônio Líquido	08	77.841.619	66.731.743
2.03.01	Patrimônio Social		77.841.619	66.731.743
2.03.01.01	Patrimônio Social		66.731.743	60.080.862
2.03.01.02	Superávit do Exercício		11.109.876	6.650.881

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
3.01	Receitas Operacionais Bruta Educação	03.13 e 13	64.453.961	54.091.933
3.01.01	Receitas Bruta Serviços Educacionais		76.719.842	67.871.199
3.01.01.01	Serviços Educação Básica - Pagantes	13 a	60.832.780	54.611.842
3.01.01.02	Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo		1.583.015	1.160.792
3.01.01.03	Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	13 b	8.813.517	7.215.713
3.01.01.04	Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	13 b	5.490.530	4.882.852
3.01.02	(-) Deduções Receita Serviços Educacionais	13 c	(21.604.326)	(19.476.563)
3.01.02.01	Descontos Incondicionais		(5.717.264)	(6.194.283)
3.01.02.02	Bolsas Educação Básica – Dissídio Coletivo		(1.583.015)	(1.160.792)
3.01.02.03	Bolsas Educação Básica – 100%		(8.813.517)	(7.215.713)
3.01.02.04	Bolsas Educação Básica – 50%		(5.490.530)	(4.882.852)
3.01.02.05	Devoluções de Serviços Recebidos		(0)	(22.923)
3.01.03	Receitas de Doações, Subvenções e Outras	13 d	9.338.445	5.697.297
3.01.03.01	Subvenções Não Governamental – Livre		5.016.079	2.236.432
3.01.03.02	Doações Recebidas – Livre		175.179	262.894
3.01.03.03	Outras Receitas Educacionais		4.147.187	3.197.971
3.02	Resultado Bruto Educação		64.453.961	54.091.933
3.03	(-) Custos Despesas Operacionais Educação		(56.227.748)	(50.568.500)
3.03.01	(-) Custos e Despesas Operacionais		(56.227.748)	(50.568.500)
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		(32.674.898)	(29.104.275)
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(3.399.475)	(2.961.960)
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		(6.594.159)	(6.104.693)
3.03.01.04	Despesas com Materiais		(2.707.639)	(2.233.958)
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		(2.661.343)	(2.229.481)
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		(3.286.096)	(2.863.738)
3.03.01.07	Despesas com Provisões		(2.021.167)	(2.029.400)
3.03.01.08	Encargos Tributários		(139.506)	(125.662)
3.03.01.09	Assistência, Treinamentos e Orientação Social		(2.743.465)	(2.915.333)
3.04	Resultado Líquido Educação		8.226.213	3.523.433
3.05	Resultado Atividades Sustentáveis		(177.803)	264.113
3.05.01	Receitas Atividades Sustentáveis		4.464.179	3.181.374
3.05.01.04	Receitas Pensionato Internato		3.228.709	2.057.261
3.05.01.01	Alojamentos e Hospedagens no Pensionato		650.302	662.546
3.05.01.02	Receita com Refeições no Pensionato		108.810	62.686
3.05.01.03	Receita com Aluguéis e Arrendamentos		476.358	398.881
3.05.02	(-) Deduções Receita Atividades Sustentáveis		(1.090.547)	(46.767)
3.05.02.01	Descontos Incondicionais		(1.090.547)	(46.767)

Continua...



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
3.05.03	(-) Custos e Despesas Atividades Sustentáveis		(3.551.435)	(2.870.494)
3.05.03.01	Despesas com Pessoal		(1.208.544)	(1.273.327)
3.05.03.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(122.962)	(109.536)
3.05.03.03	Administrativas e Gerais		(93.442)	(169.284)
3.05.03.04	Despesas com Materiais		(1.323.532)	(918.422)
3.05.03.05	Conservação e Manutenção		(449.169)	(123.090)
3.05.03.06	Depreciação e Amortização		(326.436)	(260.200)
3.05.03.07	Encargos Tributários		(15.656)	(0)
3.05.03.08	Assistência e Orientação Social		(11.694)	(16.635)
3.06	Resultado Financeiro e Patrimonial		2.719.590	1.718.254
3.06.01	Receitas e Despesas Financeiras		2.703.636	1.779.409
3.06.01.01	Receitas Financeiras		2.839.361	1.856.976
3.06.01.02	Despesas Financeiras		(135.725)	(77.567)
3.06.02	Receitas e Despesas Patrimoniais		15.954	(61.155)
3.06.02.01	Receitas Patrimoniais		52.895	35.930
3.06.02.02	Despesas Patrimoniais		(36.941)	(97.085)
3.07	Resultado Outras Receitas e Despesas		341.876	1.145.081
3.07.01	Outras Receitas e Despesas	14	341.876	1.145.081
3.07.01.01	Outras Receitas		651.915	1.396.104
3.07.02.01	Outras Despesas		(310.039)	(251.023)
3	Superávit do Exercício	15	11.109.876	6.650.881

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	16.082.213	8.751.095
4.01.01	Resultado do Exercício Ajustado	16.002.531	9.572.754
4.01.01.01	Superávit do Exercício	11.109.876	6.650.881
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	3.467.513	1.843.872
4.01.01.03	Amortização do Intangível	6.360	11.324
4.01.01.04	Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	1.418.782	1.066.677
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes	(3.764.739)	(399.238)
4.01.02.01	Contas a Receber	(3.533.169)	(435.427)
4.01.02.02	Estoques	2.992	(10.149)
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	(234.562)	46.338
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes	3.844.421	(422.421)
4.01.03.01	Fornecedores de Materiais e Serviços	400.367	(157.397)
4.01.03.02	Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Empregados	2.521.608	(196.518)
4.01.03.03	Fundos em Confiança e Outros	(61.473)	(271.266)
4.01.03.04	Provisões	483.413	(620.012)
4.01.03.05	Adiantamento de Clientes	500.506	822.772
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(11.381.775)	(5.128.612)
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	(11.381.775)	(5.128.612)
4.02.01.01	Imobilizado	(11.352.956)	(5.157.490)
4.02.01.02	Intangível	(28.819)	28.878
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(26.000)	(250.000)
4.02.01	Acréscimo (Redução) de Financiamentos	(26.000)	(250.000)
4.02.01.01	Pagamento de Empréstimo	(26.000)	(250.000)
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	4.674.438	3.372.483
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.003.070	14.630.587
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22.677.508	18.003.070

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Patrimônio Social	Cisão Fusão	Superávit do Exercício	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos em 31 de dezembro de 2013	60.080.862	0	6.650.881	66.731.743
5.01.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2013	54.905.591	0	6.223.641	61.129.232
5.01.02	Cisão / Fusão	0	(1.048.370)	0	(1.048.370)
5.01.02.01	CNPJ: 15.116.763/0001-70	0	(1.048.370)	0	(1.048.370)
5.01.03	Transferência para o Patrimônio Social	5.175.271	1.048.370	(6.223.641)	0
5.01.03.01	CNPJ: 15.116.763/0001-70	(1.048.370)	1.048.370	0	0
5.01.03.02	Superávit do Exercício 2012	6.223.641	0	(6.223.641)	0
5.01.04	Resultado do Exercício 2013	0	0	6.650.881	6.650.881
5.01.04.01	Superávit do Exercício 2013	0	0	6.650.881	6.650.881
5.02	Saldos em 31 de dezembro de 2014	66.731.743	0	11.109.876	77.841.619
5.02.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2014	60.080.862	0	6.650.881	66.731.743
5.02.02	Transferência para o Patrimônio Social	6.650.881	0	(6.650.881)	0
5.02.02.01	Superávit do Exercício 2013	6.650.881	0	(6.650.881)	0
5.02.03	Resultado do Exercício 2014	0	0	11.109.876	11.109.876
5.02.03.01	Superávit do Exercício 2014	0	0	11.109.876	11.109.876

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIO-GRANDENSE DE EDUCAÇÃO, é uma Instituição de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, conforme propósitos estatutários, com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 13 da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 64.438 de 30/04/1969 e título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 14.263 de 25/10/1962. A entidade possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado e reconhecido no Ministério da Educação, tendo sua validade até o dia 01 de janeiro de 2011 conforme o processo número 71010.001944/2009-70, sendo sua renovação processada sob número 23.000.004448/2013-21, o qual encontra-se em fase de análise no Ministério da Educação.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.



03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes;

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação;

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços. O saldo corresponde a recursos investidos na reestruturação da unidade de check-up que iniciará as suas atividades no próximo exercício;

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 05 e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os



métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva;

03.11 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.12 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.13 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;



c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.14 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2014	31/12/2013
Serviços Educacionais a Receber	7.886.310	5.783.615
Clientes Nacionais a Receber	8.248	254.245
Adiantamentos de Férias para Funcionários	411.510	231.828
Entidade Congêneres a Receber	2.201.281	145.182
Impostos a Recuperar	545	0
Cheques em Cobrança	91.191	671.956
Operadoras de Cartões a Receber	672.472	542.331
Depósitos Judiciais a Receber	45.067	45.067
(-) Deduções de Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.530.203)	(4.111.422)
Total a Receber Líquido	5.786.421	3.562.802

NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Contas a Receber – Corresponde a um depósito realizado pela entidade referente ao Processo de Imunidade do PIS sobre a Folha de Pagamento.

b) Depósito Judicial – Valor referente a um depósito judicial com previsão para realização após o término do exercício seguinte.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2014	31/12/2013
Contas a Receber – Depósito Processo Imunidade PIS	13.491	122.723
Depósito Judicial – Processo Trabalhista	1.400	1.400
Total a Realizável a Longo Prazo	14.891	124.123



NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de janeiro 2013	10.027.112	33.871.599	85.476	2.118.627	1.985.133	845.749	1.042	6.377.962	55.312.700
Aquisições e Baixas	533.390	5.522.167	265.593	542.706	123.755	385.442	45.699	(1.029.622)	6.409.130
Depreciações	0	(2.042.484)	(4.955)	(352.424)	(339.311)	(367.587)	(8.560)	(2.837)	(3.118.158)
Saldos 31 de dezembro 2013	10.580.502	37.351.282	346.114	2.308.909	1.769.577	863.604	38.181	5.345.503	58.603.672
Custo do Imobilizado	10.580.502	53.787.601	388.322	4.703.952	3.639.716	3.061.791	131.400	5.461.215	81.754.499
Depreciação Acumulada	0	(16.436.319)	(42.208)	(2.395.043)	(1.870.139)	(2.198.187)	(93.219)	(115.712)	(23.150.827)
Valor Residual	10.580.502	37.351.282	346.114	2.308.909	1.769.577	863.604	38.181	5.345.503	58.603.672
Saldos 1º de janeiro 2014	10.580.502	37.351.282	346.114	2.308.909	1.769.577	863.604	38.181	5.345.503	58.603.672
Aquisições e Baixas	2.519.476	3.974.471	2.140.846	1.111.408	992.775	911.300	48.500	(207.161)	11.491.615
Depreciações	0	(2.211.157)	(80.163)	(432.335)	(370.481)	(495.445)	(13.987)	(2.604)	(3.606.172)
Saldos 31 de dezembro 2014	13.099.978	39.114.596	2.406.797	2.987.982	2.391.871	1.279.459	72.694	5.135.738	66.489.115
Custo do Imobilizado	13.099.978	57.762.071	2.529.168	5.802.330	4.579.780	3.900.173	179.900	5.254.054	93.107.454
Depreciação Acumulada	0	(18.647.475)	(122.371)	(2.814.348)	(2.187.909)	(2.620.714)	(107.206)	(118.316)	(26.618.339)
Valor Residual	13.099.978	39.114.596	2.406.797	2.987.982	2.391.871	1.279.459	72.694	5.135.738	66.489.115

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.

	Intangível	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013		24.780	24.780
Aquisições e Baixas		(11.775)	(11.775)
Amortizações		(5.780)	(5.780)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		7.225	7.225
Custo do Intangível		38.134	38.134
Amortização Acumulada		(30.909)	(30.909)
Valor Residual		7.225	7.225
Saldos em 1º de janeiro de 2014		7.225	7.225
Aquisições		28.818	28.818
Amortizações		(6.359)	(6.359)



Saldos em 31 de dezembro de 2014	29.684	29.684
Custo do Intangível	66.953	66.953
Amortização Acumulada	(37.269)	(37.269)
Valor Residual	29.684	29.684

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores a Pagar	601.665	201.297
Clientes a Pagar – Devoluções	102	0
Impostos Retidos a Recolher	1.536	191
Encargos da Folha de Pagamento a Pagar	664.784	538.284
Salários a Pagar	1.661.777	0
Entidade Congêneres a Pagar	964	26.000
Seguros a Pagar	7.455	6.478
Depósitos Não Identificados	135.759	198.915
Fundos em Confiança	49.565	49.925
Total a Pagar Líquido	3.123.607	1.021.090

NOTA 08 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Este item está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo referente ao processo nº 0015178-33.2005.4.01.3400 de Imunidade do PIS Sobre a Folha de Pagamento.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2014	31/12/2013
Passivo Não Circulante		
Obrigações Tributárias	4.316.700	3.584.714
Total Realizável a Longo Prazo	4.316.700	3.584.714

NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2014, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2014. Para o exercício de 2015 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.



NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2014:

Provisões	31/12/2014	31/12/2013
Provisões Férias e Encargos	665.072	637.212
Provisões Trabalhistas	600.000	557.043
Provisões Tributárias	2.931.878	2.555.326
Provisões Jurídicas e Cíveis	310.888	324.844
Provisão para Contingências	1.000.000	950.000
Total de Provisões	5.507.838	5.024.425

NOTA 13 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);
- Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.

NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2014	31/12/2013
Contas Reavidas de Exercício Anteriores	43.501	123.164
Depósitos Bancários Não Identificados	93.884	77.087
Reversões de Provisões	251.233	900.755
Outras Receitas	263.297	295.098
Total de Outras Receitas	651.915	1.396.104



Outras Despesas	31/12/2014	31/12/2013
Contas Incobráveis	(163.431)	(141.465)
Despesas do Exercício Anterior	(18.661)	(24.278)
Outras Despesas	(127.947)	(85.280)
Total de Outras Despesas	(310.039)	(251.023)

NOTA 15 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit do exercício de 2013 foi incorporado ao Patrimônio Social e o Superávit de 2014 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Instituição é imune à incidência de impostos por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2014 e 2013.

NOTA 19 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o montante que não é pago em 2014:

Descrição	Educação	Sustentáveis	Total
Folha de Salários - 20%	5.825.278	222.460	6.047.738
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	19.224	0	19.224
RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)	302.205	13.695	315.900
Terceiros (4,5% - Educação)	1.345.453	4.940	1.350.093
Total	7.492.160	18.635	7.732.955

Nota: * O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: ** Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.



Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro.

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 40 da Lei nº 12.101/09, alterada pela lei nº 12.868/2013 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS

Em atendimento ao Art. 13 da Lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013 (Educação Básica) a instituição deverá conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;
- Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;
- Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Básica	Qtde* 2014	Qtde* 2013
Alunos Matriculados	13.121	13.799
Alunos com Bolsa Integral	1.414	1.449
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	11.707	12.350
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]	1.301	1.373
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]	113	76
Alunos Necessários (Proporção 1 para 5) [Alunos Pagantes / 5]	2.342	
Alunos com Bolsa Integral	1.414	
Alunos com Bolsa Parcial Necessários (Proporção 1 para 5) [(Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral) X 2]	1.856	
Alunos com Bolsa Parcial 50%	1.887	
Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 5) [Alunos com Bolsa Parcial Necessários (-) Alunos com Bolsa Parcial]	31	

(*) Quantidades no Final do Ano Letivo 2014 e 2013

(**) Os alunos bolsistas se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009

(***) Não foram excluídos os inadimplentes das quantidades.

I - A instituição concedeu 113(cento e treze) Bolsa Integrais em 2014 e 76(setenta e seis) Bolsas Integrais em 2013 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.



II – A instituição concedeu 31(trinta e uma) Bolsas Parciais de 50% em 2014 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de uma Bolsa Integral para cada 5(cinco) alunos pagantes.

NOTA 22 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Entidade, em conformidade com o Art. 13 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242/2014, oferece bolsas educacionais para alunos de baixa renda, comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, na forma da Lei (Art. 14 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013).

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do Art. 13 da Lei nº 12.101/09.

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2014 e 2013 na Educação Básica estão demonstradas a seguir:

Rubricas Contábeis	2014	2013
Anuidades em Educação Básica	76.719.842	67.871.199
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	1.653.274	1.692.131
(-) Parcelas Devolvidas	(0)	(22.923)
(-) Bolsas de Estudo Integrais	(8.813.517)	(7.215.713)
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50%	(5.490.530)	(4.882.852)
(-) Bolsa Funcional de Dissídio Coletivo	(1.583.015)	(1.160.792)
(-) Desconto Incondicionais	(5.717.264)	(6.194.283)
(-) Inadimplência em 2014	(3.504.845)	(3.009.211)
Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	53.263.945	47.077.556
Valor Aplicado Gratuidades – Filantropia	13.304.047	12.098.564
Percentual Aplicado	25,00%	25,70%

Receita	2014	2013
(+) Receita Total	78.373.116	69.563.330
(-) Deduções	(25.109.171)	(22.485.774)
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	53.263.945	47.077.556
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	(10.652.789)	(9.415.512)
(+) Gratuidade Concedida	13.304.047	12.098.564
(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação	2.651.258	2.683.052

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.

Helinton Clauhs

Contador

CRC/RS 090420/O-0

CPF 009.648.900.62

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO

Porto Alegre – RS

1. Examinamos as demonstrações financeiras da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. A Administração da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO em 31 de Dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

7. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 24 de Março de 2014, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 29 de Abril de 2015

Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

Mauro Schmitt Soares
Contador CRC RS-084055/O-5
CPF 280.474.350-00

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1
CNPJ 05.750.330/0001-18



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.

Marcos Luiz Lima de Oliveira Júnior
Presidente

Milton Luiz Pereira de Andrade
Diretor

Harlei Mazzo de Queiroga
Administrador